

Envio de Resumo.

Autor - Francisco António Chaves de Melo

Faculdade de Letras da UP – Assistente convidado.

e-mail: chavesdemelo@sapo.pt

Telem: 919917601; Morada: Rua da Mãe D'Água, nº129; 5400- 671 Chaves

Título: CHAVES, extensa cidade de baixa densidade populacional ou apenas uma cidade com uma área de influência alargada?

Pretende-se debater a questão de saber se a cidade de Chaves se alarga como cidade a espaços afastados do seu contínuo construído (cidade compacta), OU se simplesmente estamos em presença do clássico fenómeno de relacionamento entre uma cidade e a sua área de influência isto é, espaços da envolvente próxima.

A primeira concepção, levar-nos-ia a imaginar uma cidade aberta constituída por assentamentos populacionais de dimensão variável, conectados por uma teia de infra-estruturas rodoviárias de capacidade adequada aos volumes de tráfego locais constituindo, do ponto de vista funcional, um todo organizado e inter-dependente. Assim sendo, poderíamos conceber que tal conjunto se comporta como uma única cidade caracterizada pela descontinuidade da mancha construída (arquipélagos de espaços), mas coesa funcionalmente. Na segunda óptica entender-se-ia que o núcleo urbano da cidade de Chaves se assume na rede urbana sub-regional como o eixo central de estruturação (vertebração) da envolvente de proximidade onde gravitam núcleos populacionais, de serviços de menor dimensão, nomeadamente as sedes dos concelhos vizinhos, quer Portugueses quer Galegos.

Palavras Chave: Cidade desconcentrada; Cidade compacta ou agrupada; Urbanização “extensiva”; Territórios descontínuos; Dispersão urbana; Expansões urbanas descontínuas; Urbanização difusa, fragmentada, descontínua; Povoamento rural difuso; Contraurbanização, urbanização do Campo.

1 - Apresentação.

A questão que vamos discutir é a de saber se a cidade de Chaves se alarga como cidade a espaços afastados do seu contínuo construído (cidade compacta), OU se simplesmente estamos em presença do clássico fenómeno de relacionamento entre uma cidade e a sua área de influência isto é, espaços da envolvente próxima.

A primeira concepção, levar-nos-ia a imaginar uma cidade constituída por assentamentos populacionais de dimensão variável, conectados por uma teia de infra-estruturas rodoviárias de capacidade adequada aos volumes de tráfego que serve de suporte aos fluxos diários que se estabelecem nas relações casa trabalho/educação, serviços e comércio constituindo, do ponto de vista funcional, um todo organizado e inter-dependente. Assim sendo, poderíamos conceber que tal conjunto se comporta como uma única cidade caracterizada pela descontinuidade da mancha construída (arquipélagos de espaços¹), mas coesa funcionalmente. Neste novo espaço de “cidade” que apresenta uma clara fusão de sociedade, economia e território, seria verificável a existência de “massa crítica” que lhe traria alguma auto-sustentabilidade, tanto mais que a cidade de Chaves se assume como o cerne da engrenagem do crescimento populacional no "interland" transfronteiriço.

Na segunda óptica entender-se-ia que o núcleo urbano da cidade de Chaves se assume na rede urbana sub-regional como o eixo central de estruturação

¹ O aparecimento destes arquipélagos esta ligado às diversas “mudanças em curso nos planos social e cultural, marcadas sobretudo por uma diversificação dos estilos de vida e por um regime demográfico cada vez mais caracterizado pela redução do número médio das famílias e pelo aumento da esperança de vida”, circunstâncias que conduzem “à segmentação das opções residenciais e ao incremento da mobilidade.” Aqui encontramos a origem de “uma progressiva complexidade das formas de estruturação dos territórios, combinando princípios de aglomeração com lógicas fragmentadas e diluídas de organização espacial, num processo que é mediado pela construção de novas infra-estruturas de transportes e comunicações, e se concretiza na geração de 'arquipélagos de espaços' mais ou menos bem interligados.” In VÁZQUEZ, Isabel e OLIVEIRA, Carlos (2003) *A mobilidade e o funcionamento dos territórios: Elementos para análise e reflexão*

(vertebração) da envolvente de proximidade onde gravitam núcleos populacionais, de serviços de menor dimensão, nomeadamente as sedes dos concelhos vizinhos, quer Portugueses quer Galegos.

Para tentar de algum modo esclarecer esta questão o primeiro empenho foi direccionado para questões de natureza teórica e, num segundo fôlego, para o conhecimento que permitisse desenhar um quadro inicial da problemática em Portugal, no final pretendemos averiguar se a cidade de Chaves é uma cidade difusa funcionando como um arquipélago, com descontinuidades, ou se a segunda hipótese é mais viável, a de apenas ser o centro de um espaço de hierarquia urbana sub-regional com a respectiva área de influência.

2 - A Cidade é incessantemente polissémica.

A construção do urbano e a posição do rural em relação a este envolveu sempre discussões e conceptualizações diferenciadas, de tal forma que se chegou a postular o fim do rural face a processos de disseminação urbana crescente, quanto mais não fosse, por se evidenciarem alteração nos modos de consumo e nos comportamentos sociais dos rurais.

Os fenómenos de suburbanização e periurbanização resultaram da “expulsão” das cidades de população pelo efeito conjugado do forte crescimento demográfico, do êxodo rural e da má qualificação² do sítio inicial da cidade. A conjugação dos factores referidos gerou no pós-guerra, a ritmos crescentes, a dispersão do urbano no espaço, quer em número quer e em área (em Portugal o fenómeno é evidente mais tarde, após 1974).

Na segunda metade do século XX, assiste-se, por conseguinte, à dispersão da população urbana pelo meio rural³, população essa que não se insere funcionalmente nos modos de produção agrária.

Esta urbanização do campo vai permitir o reforço de antigos núcleos populacionais de matriz inicial marcadamente rural fazendo-os crescer, quer em população quer, ainda, em serviços.

² As cidades apresentaram nos últimos 50 anos um rápido desenvolvimento extra-urbano ao mesmo tempo que se verificou a crescente decadência do seu interior e a nefasta obsolescência do ambiente suburbano e do edificado.

³ O rural já se encontra sem capacidade de gerar excedentes demográficos.

Este tipo de fenómenos propicia o desenho de sistemas de polinucleísmo urbano, sistemas que unem “cidade e campo num vasto conjunto, na escala da região, organismo de múltiplos centros mas funcionando como um todo”.⁴ Referindo-se mesmo virtualidade a este sistema de “estruturação urbana que conservaria as vantagens das pequenas aglomerações aos mesmo tempo que, rivalizaria com as grandes metrópoles”.⁵

Que caminho desenhou esta ideia precursora que, de certa forma, também encontramos em Ebenezer Howard na sua conceptualização de “cidade jardim”?

Como é óbvio, as novas ideias surgem geralmente para dar respostas a novos questionamentos. Assim, a degradação urbana e, por essa via, a degradação da qualidade de vida dos urbanos, conjugada com o importante desenvolvimento dos transportes⁶, e ainda os diferenciais de custo de solo levaram à necessidade de pensar soluções de residência fora da cidade compacta. Soluções de residência geralmente unifamiliares. Assistiu-se, por conseguinte, à “explosão da cidade” lançando fragmentos que se dispersaram no território. Na realidade, embora em espaços diferentes, ainda hoje se verifica o fenómeno referido, já que aos factores que despoletaram a explosão, se juntam os recentes processos de dispersão industrial⁷ e disseminação das redes de comunicação e informação que, pela contínua melhoria das acessibilidades e redes logísticas de transportes, possibilitam o distanciamento entre os locais de produção e consumo e os locais de residência e convívio social.

É óbvio que esta visão não está isenta de críticas, dado que, não é possível iludir o continuo crescimento das cidades compactas, quer em efectivos populacionais quer ainda no seu número. Desta forma os fenómenos de dispersão, muitas das vezes, não representam mais que o ordinário crescimento centrífugo das cidades consumindo a periferia, em consonância com as diferentes fases do ciclo⁸ de urbanização,

⁴ MUNFORD, L. (1965) *A cidade na história*.

⁵ Idem

⁶ Em velocidade, capacidade de carga, especialização e conforto.

⁷ “os empreendimentos económicos e produtivos - e os capitais - migram em busca de novas vantagens locacionais. (...) A mobilidade de capitais e de empreendimentos, capitaneada pela relocalização dos segmentos económicos de alta tecnologia, repercute na projecção de novas áreas e regiões e no declínio de outras, geralmente aquelas de industrialização baseada no antigo modelo fordista de produção em massa.” In ALBAGLI, Sarita (1998)

⁸ A ideia de ciclo também se encontra em escritos mais actuais. Estes referenciam o aparecimento de um novo paradigma, o paradigma informacional em substituição do paradigma comunicacional. O cruzamento de diversos fluxos é central nesta nova conceptualização. Para André Lemos existem assim, “neste espaço de fluxo três factores: a des-espacialização, o descentramento e a des-urbanização”, que são responsáveis por transformações no processo e formas de povoamento. “O primeiro refere-se à ênfase no tempo das trocas, no fluxo de informações que transforma os lugares em espaços de fluxos. O segundo, que se refere à perda do centro, significa que, no espaço de fluxos,

desurbanização e rurbanização definidos por P. Hall e Van de Berg, referenciados por Gonzalez.⁹ É de conveniência referir também que parte da preocupação que expressam se prende com a necessidade de travar o processo de desconcentração¹⁰, o que permite antever concepções de ideal urbano pré-construídas em modelos de cidade compacta e, porque não dizê-lo, pouco flexíveis¹¹ ou talvez apenas se trate do tempo que o “novo” demora a ser enquadrado nos cânones.

Outro dos caminhos utilizados com vista à superação da diferenciação rural-urbano concentrou-se mais nas abordagens de cariz sociológico. Afirma-se a disseminação de uma “urbanidade nos comportamentos” dos rurais, sendo por isso cada vez mais difícil diferenciar as comunidades rurais das urbanas. Contudo, não deve deixar de notar-se que se nas mentalidades a diferenciação é difícil, já no que respeita à fisionomia dos lugares, ela continua evidente, diferenciando-se claramente os espaços urbanos compactos dos rurais, sejam ou não dispersos.¹²

Estas questões resultaram da apetência dos residentes urbanos para a construção de residências em meio rural (inicialmente 2^{as} residências) e, não se ficando pela construção, iniciam práticas agrícolas em “part time” ou de fim de semana. Do lado dos rurais também se assiste a um caminhar para comportamentos identificados como caracteristicamente urbanos, já que a escolarização cresceu e muitos dos que procuraram emprego na cidade (nos serviços ou na indústria) decidiram continuar a viver no campo. Não é alheia a esta decisão a posse de solo, o preço das rendas, a

todos os lugares são equivalentes, acarretando a desvalorização de lugares antes tidos como centrais, como praças, monumentos ou ruas. O terceiro factor lida com a perda cada vez maior de uso da cidade pelos cidadãos. Isso significa que o fluxo pelas ruas, praças, avenidas e monumentos se fazem, agora, na lógica da consumação e do trabalho, fazendo com que os cidadãos fujam do caos urbano, seja refugiando-se em espaços paradisíacos privados (shoppings, condomínios fechados, guetos), seja fugindo para espaços periféricos dos grandes centros.” LEMOS, André (2001) – *Cibercidades*.

⁹ GONZÁLEZ, Xosé dir. (2001) *Planeamento estratéxico e mercadotecnia territorial*

¹⁰ Hoje, no nosso país, o “lápiz azul” das administrações centrais mostram a mesma preocupação, quando limitam os perímetros urbanizáveis de cidades vilas e aldeias, pois chegaram à conclusão que, se fosse ocupada a capacidade construtiva contida nos PDM’s, haveria capacidade para albergar vários milhões de novos residentes.

¹¹ Por vezes nova visões encontram limites difíceis de transpor. A este respeito Manuel de Forn refere que “en las ciudades más avanzadas, estabilizadas en población y con alta calidad de vida, hay crisis de imaginación y comprensión”, acrescentando ainda que “el imaginario físico tradicional no es suficiente para abordar los cambios.” FORN, Manuel (2002) *Claroscuros de los planes estratégicos*.

¹² Gonzáles, interpretando H.D. Clout, refere que o mais adequado espacialmente é conceber uma escala mais que uma dicotomia para classificar o povoamento com as suas características urbanas ou rurais. GONZÁLEZ, Xosé dir. (2001)

obtenção de rendimentos complementares¹³ e, mais importante ainda, a segurança pessoal e dos bens¹⁴.

Mas a razão de ser deste modelo é fortemente suportada pela banalização do automóvel particular, o qual elevou brutalmente a mobilidade individual.

Por fim, mas substancialmente longe de esgotar o tema, é importante referir-se que, vezes há, em que a dispersão urbana cresce não do urbano para o rural mas a partir do rural. Neste caso, não se considera o crescimento do rural periurbano, mas sim do rural distante que se regenera populacionalmente. Este fenómeno foi designado por contraurbanização.

Quais são as suas forças geradoras?

Por estranho que pareça, a meu ver, estas residem na globalização. Nem mais. Já que “a globalização avança não só da incorporação extensiva de novos espaços como, sobretudo, pela valorização selectiva das diferenças”, refere Bertha Becker, referenciada por Sarita Albagli, o que favorece o ressurgimento de locais periféricos ao urbano consolidado, esquecidos pelo sistema produtivo anterior mas que, revelam agora vantagens específicas à reprodução do capital. O capital global procura na especificidade local vantagens competitivas¹⁵ que podem provir de baixos custos do solo¹⁶, dos baixos salários, de condições sociais adequadas a nível de bem-estar, com relevo para questões de segurança e, muitas vezes, de mecanismos diferenciados proporcionados pelas administrações dos estados no que respeita à fiscalidade e apoios ao investimento.

Nesta óptica, novas concepções de urbano estarão a surgir, pois o “carácter crescentemente urbano da vida social acentua a tendência ao estabelecimento de padrões comuns entre as diferentes localidades”¹⁷, quer sejam urbanas de dimensões diferentes, quer sejam rurais. Ana Fani Carlos, mais uma vez referenciada por Sarita Albagli, apresenta uma visão prospectiva do conceito de urbano ao afirmar que “o

¹³ Pela manutenção de pequenas explorações que permitem obter, além de rendimentos, garantias de segurança e qualidade alimentares e ainda momentos de lazer pela ligação à terra e à natureza.

¹⁴ No aspecto da segurança é valorizada a educação dos filhos que podem deslocar-se, eles próprios, para a escola, permitindo acrescidas disponibilidades de tempo para os pais e poupanças para as economias familiares.

¹⁵ A este respeito Sarita Albagli (op. cit.) refere que “as transformações económicas e tecnológicas operadas a partir da década de 1970 motivaram a configuração de uma “nova matriz de relações espaciais e acumulação de capital”, estabelecendo novos padrões locacionais no âmbito da reprodução capitalista.” O que, pelo “desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte viabilizou uma maior mobilidade geográfica de capitais, ampliando a liberdade de escolha de sua localização. Citando David Harvey, refere que tal evidência “permite aos capitalistas tirar mais (e não menos) vantagem das pequenas diferenças entre os lugares em termos de qualidade, quantidade e custos dos recursos”.

¹⁶ Para a “ancoragem” dos seus centros produtivos e alojamento dos seus trabalhadores.

¹⁷ ALBAGLI, Sarita (1998) Globalização e espacialidade: o novo papel do local.

urbano não designa mais a cidade nem a vida na cidade, mas passa a designar a sociedade que constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade enquanto lugar, ligando pontos isolados do planeta que se constitui no mundial em processo de realização”. Esta nova acepção do urbano pode rapidamente ser traduzida por cibercidade¹⁸.

3 - Trajectos de dispersão urbana no Portugal recente.

O conjunto das decisões individuais no que respeita à habitação gera configurações específicas nos padrões de ocupação e uso do solo. Sobre as decisões individuais impelem obstáculos de vária ordem que, no essencial, derivam do nível de riqueza individual¹⁹, da afirmação sociocultural desejada²⁰ e das limitações de natureza legal que sobre o uso do solo imperam em cada momento.

Pode por isso afirmar-se que, como indivíduos, não possuímos a casa que sonhamos (e onde a sonhamos), mas sim a que, um conjunto de circunstâncias, nos propiciou ter.

É sob este ponto de vista que se parte para a formulação de algumas considerações relativas às formas de crescimento do urbano e da urbanidade em Portugal e, mais particularmente, no Norte.

Não é possível falar do urbano em Portugal esquecendo: as concentrações existentes em redor de Lisboa e Porto; o hiato verificável na hierarquia urbana portuguesa decorrente da inexistência de cidades intermédias; ou a diminuta dimensão da grande maioria das cidades que se localizam em território não litoral.

Esta referência efectuou-se por necessidade de definir com maior precisão aquilo que se pretende abordar e, longe das questões que o quadro apresentado merecia ver observadas, cingir-nos-emos apenas, às questões relativas ao fenómeno de dispersão urbana²¹ e fenómenos respeitantes ao campo urbanizado²².

¹⁸ Título de um texto de André Lemos. LEMOS, André (2001).

¹⁹ Posse de solo, disponibilidades financeiras, influência política, vantagens decorrentes da ligação ao sector da construção ou imobiliário etc.

²⁰ Classe social de pertença ou de aspiração, formação, educação, profissão, opções familiares, origem, etc.

²¹ Fenómeno muito visível desde o início da década de 90, essencialmente identificado aquando da realização dos PDM's, já que na sua elaboração “se levantaram numerosas dificuldades à aplicação de critérios de concentração e nucleação urbana a realidades fortemente marcadas pelo povoamento disperso (Minho, Beira Litoral e Algarve) ou pela extensão e descontinuidade das estruturas urbanas e metropolitanas.” SOARES, Luís Bruno (2002) *A realidade incontornável da dispersão*

Estes dois²³ fenómenos e as suas incidências territoriais são considerados como específicos de Portugal, já que “não encaixam nos modelos urbanísticos (...) Europeus”²⁴, uma vez que na Europa as “estruturas urbanas distendidas” de baixa densidade resultando numa ocupação dispersa do território, foram aceites e planeadas. Em Portugal tal não aconteceu e, ao invés, por mão das administrações públicas, foi combatida²⁵ a dispersão da urbanização. Diga-se que o combate foi manifestamente ineficaz, já que não eliminou as dificuldades²⁶ hoje sentidas na construção de instrumentos de ordenamento do território, pois a dispersão atingiu dimensões não previstas (em tempo não acauteladas).

Constata-se actualmente que “o processo de urbanização em Portugal não se traduziu na concentração maciça nas cidades mas na dispersão periurbana e rural, dando origem a «Ilhas-Subúrbio» (pacotes de habitação densificados e sub-equipados), a «subúrbios-jardins» de génese ilegal (extensas áreas de loteamento para moradias, sem infra-estruturas) e a construções isoladas no espaço rural reproduzindo as formas de povoamento tradicional.”²⁷

Uma explicação subtil é avançada, ao considerar-se que a dispersão da construção possibilitou a resistência rural/camponesa a processos de integração cultural²⁸ na Cidade.

No entanto a realidade actual em termos de mobilidade e redes de comunicação permite pensar em “soluções não convencionais”, que podem tornar “as baixas densidades de ocupação menos onerosas e mais sustentáveis do que ocupações mais densas.”²⁹ A meu ver, as pessoas, individualmente, foram as primeiras a aperceber-se desta realidade e, por conseguinte, começaram a tirar partido dela.

²² Esta ideia de campo urbanizado, diria a urbanizar-se, foi expressa por Luís Soares referindo-se a Portugal da seguinte forma: “as actuais alterações demográficas já não correspondem às alterações estruturais de uma sociedade rural em urbana mas a ajustamentos de uma sociedade «pré-urbanizada» a novos padrões de vida e de habitat.”

²³ Dois, e não um, já que o foco gerador é espacial e sociologicamente diferente.

²⁴ SOARES, Luís Bruno (2002) *A realidade incontornável da dispersão*

²⁵ Luís Soares refere mesmo que foi combatido um intransigente “à construção dispersa, às periferias urbanas e às expansões urbanas descontínuas.” SOARES, Luís Bruno (2002) *A realidade incontornável da dispersão*

²⁶ Construção clandestina, escassez de infra-estruturas de abastecimento à população e de acessibilidade, construção em locais pouco seguros do ponto de vista dos riscos naturais, etc ...

²⁷ SOARES, Luís Bruno (2002) *A realidade incontornável da dispersão*

²⁸ Não convém esquecer que “hoy los procesos de integración son más complejos, hasta el punto que no se puede hablar propiamente de integración sino de convivencia en la diferencia” (FORN, Manuel;2002) e por conseguinte mesmo entre populações de origem urbana a integração não se faz, concebendo-se hoje um urbano fragmentado. Seria por demais, perante estes fenómenos, exigir uma aculturação dos rurais aos modos de vida estritamente urbanos pois haveria primeiro que determinar quais são ou de que grupo social ou étnico, são.

²⁹ SOARES, Luís Bruno (2002) *A realidade incontornável da dispersão*

Atrás dos comportamentos individuais de numerosos cidadãos que abandonam a cidade como local de residência, quanto mais, não seja, ao fim de semana, “o conceito de equipamento colectivo e de serviço urbano” foi compelido a mudar, concebendo-se agora “novas formas de organização dos espaços de serviço, não só através das novas tecnologias de informação e comunicação mas também das novas condições de mobilidade das pessoas em espaços distendidos e pouco densos, e da reorganização e concentração de determinados equipamentos e serviços”³⁰. Esta magnífica alteração só foi possível a meu ver, porque os urbanos mais abastados e mais reivindicativos quiseram transpor para o campo algumas comodidades do urbano, e nesse sentido, pressionaram aos poderes públicos (eles próprios muitas vezes) a actuar. Porém, o fenómeno não atingiu indiscriminadamente o território³¹, uma vez que este se caracteriza por uma “dispersão concentrada” para usar as palavras de Luís Soares. Ele é evidente no Minho, Beira Litoral e Algarve. Sendo, como é previsível, também intenso nas envolventes do Grande Porto e da Grande Lisboa. Neste últimos casos o mais provável é estarmos simplesmente perante o crescimento ordinário do urbano para as suas periferias, não sendo por isso novidade nenhuma.

Considero, todavia, como diferenciador da realidade portuguesa o incremento de construções para habitação no espaço rural exógeno³², isto é, fora da envolvente próxima das periferias urbanas.

Nesta óptica as áreas rurais que apresentam crescimentos demográficos e conseguem retê-los, são os espaços onde a urbanização difusa assume características peculiares, fruto de dinâmicas sócio-produtivas muito próprias, que entrecruzam os urbanos que saem da cidade e os rurais que se aproximam de padrões de consumo e de vida urbanos nas áreas rurais³³.

Somos levados a concluir que a dispersão urbana corresponde a uma linha de força em crescendo nas formas de incremento do fenómeno urbano em Portugal. Na mesma linha, Luís Soares afirma que “a dispersão urbana (...) não é uma opção dependente de decisões políticas mas uma realidade incontornável”. Nesta ordem de

³⁰ SOARES, Luís Bruno (2002) *A realidade incontornável da dispersão*

³¹ Como parece obvio, o declínio demográfico de grandes espaços do país, não permitiu a generalização.

³² Anteriormente designado como “rural distante”.

³³ “Grande parte da população urbana portuguesa vive hoje entre o subúrbio e o rurano” in SOARES, Luís Bruno (2002) *A realidade incontornável da dispersão*.

ideias³⁴ a construção unifamiliar (com jardim/pomar e possibilidade de prática agrícola), corresponde a um ideal de “residencialidade” dos portugueses,³⁵ quer dos urbanos que descendem de rurais, quer dos rurais mais desejosos de urbanidade.

Este desejo profundo³⁶ só é possível fora da proximidade da cidade, já que o preço do solo é determinante na realização deste ideal de “residencialidade”. Até que ponto este ideal é universalizável, constitui uma dúvida. Mas já não constitui dúvida alguma saber se este modelo de dispersão está na moda em Portugal. A dúvida em relação a este último aspecto consiste em determinar se esta se vai alterar ou se, por ventura, se transformará a moda em comportamento ordinário. Disto dependerá o confronto entre os fenómenos de dispersão da população e os fenómenos de concentração urbana.

4 - Chaves, extensa cidade de baixa densidade ou apenas uma cidade com uma área de influência alargada?

Esta análise a efectuar-se cabalmente deveria integrar diversas informações entrecruzadas. Informações das dinâmicas demográficas (ritmos de crescimento, estruturas demográficas), informações de mobilidade (tráfego, redes, motivo das deslocações e volume), de ocupação da população activa (sectores de actividade, pluriactividade) e suas transformações recentes. Seria fundamental a análise sociológica das relações interpessoais (intensidade, movimentos cívicos, associativos, uso do tempo livre), e uma avaliação antropológica que permitisse

³⁴ Não obstante, já se reafirma um regresso à cidade compacta. Refere Manuel Forn, que “después de una etapa, larga e intensa, de urbanización extensiva, con un gran consumo de suelo y poca construcción de ciudad entendida como espacio de intercambio y oportunidades, estamos asistiendo a un retorno tendencial hacia la ciudad densa, la ciudad de la relación.” Mas a seguir nas suas palavras não se verifica firmeza nesta convicção pois nem tudo caminha nesse sentido, há dificuldades já que “el reto actual es que este retorno a la densidad no sea un retorno (o agravamiento) de la congestión, sino que represente un retorno a la densidad de la calidad de vida.” Mais à frente percebe-se claramente que o retorno à cidade compacta é mais entendido por Forn como uma necessidade do que como uma realidade no terreno pois é peremptório ao escrever “Hoy se precisa retornar a la densidad, al espacio público.” Será este apelo escutado, ou mais importante ainda, deverá ser escutado?

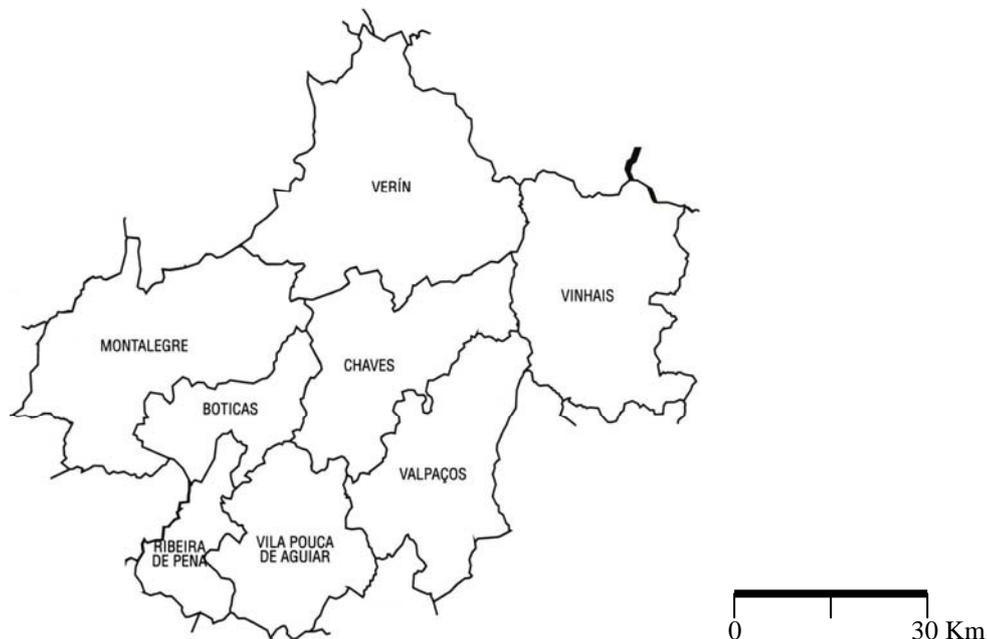
³⁵ Júlio Dinis escreve, versificando, em *O Fidalgo da Casa Mourisca: Dai-me uma casa na aldeia; casa triste e isolada; para que possa mostrar por fora; a sua frente caiada*. Outras referências podem ser feitas na construção mítica deste ideal.

³⁶ “A ocupação dispersa em Portugal, na sua grande diversidade de situações, oferece condições para se recriarem formas de habitat (urbano, periurbano, rurano) que poderão proporcionar modos de vida desejados pela sociedade portuguesa nas próximas décadas.” in SOARES, Luís Bruno (2002) *A realidade incontornável da dispersão*.

estabelecer os espaços de identificação individual e colectiva além de um levantamento do edificado para uma análise retrospectiva.

Em termos espaciais, e por se verificar que a cidade de Chaves não é apenas a cidade do concelho de Chaves mas do Alto-Tâmega³⁷, seria obrigatório estender a análise referida anteriormente a todo este espaço e, quiçá, às terras de Verín e Monterrei (estas confinam com o concelho de Chaves mas estão do outro lado da raia em território Espanhol), já que, com Vinhais, constituem a Comunidade Territorial de Cooperação do Vale do Tâmega³⁸.

Comunidade Territorial de Cooperação do Vale do Tâmega.



Obs: Verín, pertence à C. A. da Galiza. Os limites representados não são os do concelho de Verín, mas os da sua comarca.

Ora tal projecto, por demasiado ambicioso, não foi executado e apenas se afigurou possível uma análise de base demográfica, com suporte em informação

³⁷ O Alto Tâmega é constituído pelos concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila pouca de Aguiar, os quais estão organizados numa associação de municípios.

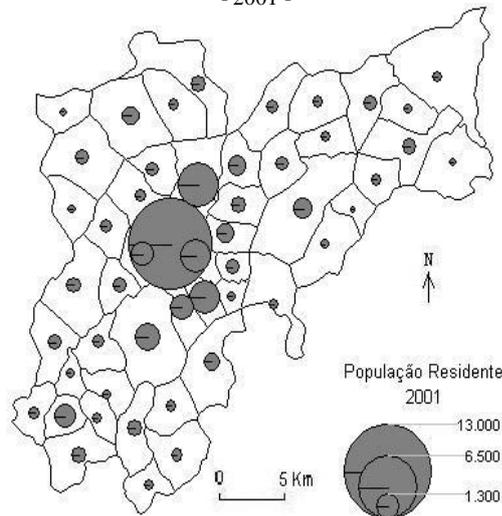
³⁸ As comunidades territoriais de cooperação foram criadas no âmbito da Comunidade de Trabalho Norte de Portugal-Galiza tendo funcionado até ao momento como instâncias de coordenação de acções e estabelecimento de parcerias públicas institucionais entre os concelhos para apresentar e executar projectos com financiamento no quadro de apoio proporcionado pelo programa INTERREG III. Com o tempo é possível que venha a ser criado neste espaço um Eurodistrito (entidade associativa de autarquias locais com personalidade jurídica de carácter público, desenvolvida por estatutos próprios e com o objectivo de cumprir fins determinados), possível no âmbito da Convenção-Quadro Europeia para a Cooperação Transfronteiriça entre Comunidades ou Autoridades Territoriais, assinada em 21 de Maio de 1980).

estatística disponível nos Censos e Recenseamento Agrícolas referente ao concelho de Chaves.

Em primeiro lugar, foi observada a distribuição da população residente pelo concelho de Chaves, de seguida, foi observada a variação das densidades populacionais, no período intercensitário, nas freguesias e, em terceiro lugar, foi comparada a variação de um “Índice de Ruralidade”³⁹ no mesmo território, e período de tempo.

A análise da distribuição da população residente no concelho (fig. n.º 1) permite verificar que a população do concelho se concentra de forma evidente na cidade de Chaves e nas freguesias contíguas.

Figura n.º1 – População Residente.
nas freguesias do Concelho de Chaves.
- 2001 -



Fonte: Censos, I.N.E.

Esta concentração, se nos reportarmos apenas ao lugar censitário de Chaves⁴⁰, verificamos que atinge 47,2 por cento da população do concelho (quadro n.º 1), e juntando-se a este lugar os contíguos o valor ultrapassa a metade da população. Fora deste espaço central apenas a Vila de Vidago apresenta valores que se destacam embora com um volume de menor significado. Note-se que os valores de algumas

³⁹ Carminda Cavaco refere que “a ligação à agricultura pode ser avaliada pelo peso da população agrícola familiar, inquirida” em Recenseamentos Gerais da Agricultura e “na população residente computada” em Censos da População imediatamente subsequentes. CAVACO, Carminda (1995) *Abandono ou revitalização dos campos raianos de Portugal?*

⁴⁰ O lugar de Chaves agrega espaços com habitações pertencentes a doze freguesias: Urbanas - Santa Maria Maior, Madalena e Santa Cruz/Trindade, Semi-Urbanas - Eiras, Faiões, Outeiro Seco, Samaiões, Sanjurge, São Pedro de Agostém, Vale de Anta, Vilar de Nantes.

freguesias se repartem por um conjunto mais ou menos alargado de lugares (aldeias), por exemplo, a freguesia de Nogueira da Montanha é composta por 11 lugares.

Quadro nº 1 - Lugares censitários segundo os escalões de dimensão populacional, no concelho de Chaves, 2001.

Escalões de dimensão populacional									
até 1 999 habitantes		com 2 000 ou mais habitantes							
		Total		de 2 000 a 4 999		de 5 000 a 9 999		de 10 000 a 99 999	
Total	População residente	Total	População residente	Total	População residente	Total	População residente	Total	População residente
133	22.586	1	20.188	-	-	-	-	1	20.188

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2004, INE

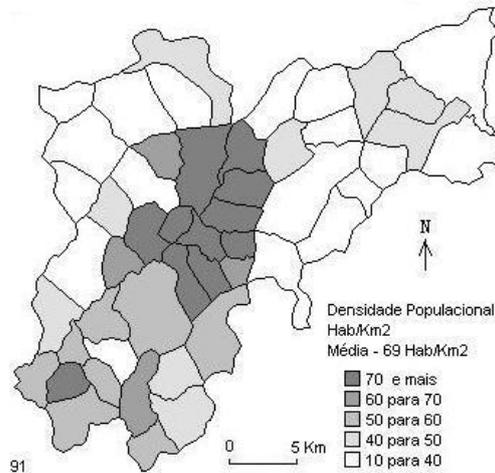
A evolução das densidades entre 1991 e 2001 permite obter alguma percepção sobre os movimentos da população no interior do concelho e dos locais de concentração dessa mesma população, em nossa opinião, de forma mais evidente que a variação da população residente, já que, os ritos de perda ou ganho populacional das freguesias se fazem, maior parte das vezes, com o exterior do concelho.

Como é evidente, as densidades em 2001, são maiores nas freguesias urbanas e na periferia urbana imediata (fig. n.º3). Contudo a freguesia de Santa Maria Maior apresenta densidades de 2.943 hab/Km² em 2001 (Quadro n.º 2), muito distantes das restantes freguesias (a que se lhe segue já só apresenta 334 hab/Km²), num concelho onde a densidade média⁴¹ se ficou pelos 73,8 hab/Km². A variação dos valores da densidade (fig. n.º 2 e 3) entre 1991 e 2001 espelham um crescimento das densidades na área urbana (cidade e arredores) ao mesmo tempo que as freguesias mais periféricas se sujeitam a uma rarefacção da população. Este comportamento aponta no sentido da concentração da população na cidade e envolventes, contrariando ideias de cidade dispersa⁴².

⁴¹ A densidade média em Portugal continental foi, para o ano de 2001, de 110,8 hab/Km², posicionando-se o concelho de Chaves substancialmente abaixo deste valor mas, note-se que na Nut III, Alto Trás-os-Montes, esta, se quedou apenas pelos 27,3 hab/Km². É obvio, perante estes valores, que o concelho de Chaves possui relevância regional.

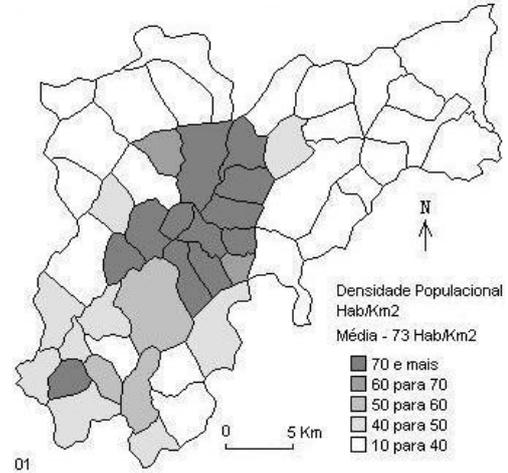
⁴² A este respeito, convém deixar no ar a questão importante, de saber-se se a população que permanece no espaço rural, tem um modo de vida característico da tradicional agricultura camponesa ou, se pelo contrário, desenvolve actividades e obtém rendimento de origem não agrícola. Neste sentido será importante referir-se que dos 5466 produtores agrícolas singulares do concelho apenas trabalham a tempo completo na exploração 480 em 1999 (INE, RGA99). Estes números levantam justificadas dúvidas em relação à importância dos modos de vida rural no concelho e, pressupõem que, no campo, não obstante às origens rurais, as vivências são cada vez mais próximas dos modelos urbanos.

Figura n.º2 - Densidade Populacional.
nas freguesias do Concelho de Chaves.
- 1991 -



Fonte: Censos, I.N.E.

Figura n.º3 - Densidade Populacional.
nas freguesias do Concelho de Chaves.
- 2001 -



Fonte: Censos, I.N.E.

Também a distribuição e variação dos índices de ruralidade (fig. nº 4 e 5) para o período intercensitário 89/91, 99/01 corrobora os comportamentos já anunciados, não obstante verificar-se uma redução geral dos valores do Índice na quase generalidade das freguesias do concelho. Uma análise atenta do comportamentos deste indicador, permite afinar a distribuição conhecida das densidades populacionais, na medida em que se torna possível identificar com maior precisão as freguesias da envolvente urbana, por assim dizer, mais urbanizadas, nomeadamente: Outeiro Seco, Vilar de Nantes e Samaiões em 2001.

Este indicador aponta também para a confirmação da primeira hipótese alvitrada no início, já que é possível observar grande importância da população agrícola⁴³ no conjunto das freguesias do concelho.

⁴³ Mais uma vez se chama a atenção para o facto de se verificarem situações de residência em espaço rural de muitos indivíduos que trabalham na cidade. Fenómeno que não espanta, já que muitos dos jovens que se encontram a estudar ou a trabalhar o fazem na cidade e, enquanto não casam permanecem na residência paterna, daí que o recenseador os tenha considerado como população agrícola familiar mas a sua ligação ao rural não passe da pequena ajuda ao fim de semana ou quando muito nas férias.

Figura n.º4 - Índice de ruralidade.
nas freguesias do Concelho de Chaves.
- peso da População agrícola , RGA89, na
População residente, Censos91 -

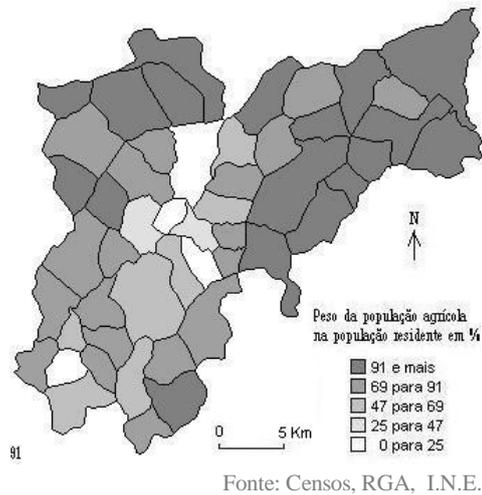
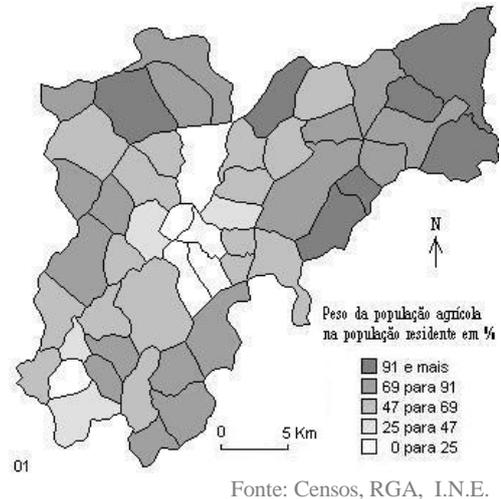


Figura n.º5 - Índice de ruralidade.
nas freguesias do Concelho de Chaves.
- peso da População agrícola , RGA99, na
População residente, Censos 01 -



5 – Conclusão

A dispersão da população urbana no concelho de Chaves, não se comprova claramente pela informação recolhida. A nível concelhio é claro o crescimento da densidade populacional no centro urbano, pelo que estamos perante fenómenos de concentração da população em meio urbano (ao mesmo tempo que o rural periférico perde densidade). O crescimento demográfico nas freguesias da proximidade imediata também se verifica, mas a percepção que fica pelo conhecimento empírico deste crescimento, é que ele resulta mais de populações rurais que se deslocam para a proximidade da cidade do que de urbanos que saem. Estamos, por conseguinte, essencialmente, no âmbito de fenómenos de periurbanização acompanhado de construção de loteamentos de carácter mais suburbano (Vilar de Nantes), mas fundamentalmente de construção unifamiliar (Valdanta, Samaiões, Outeiro Seco)

O indicador de ruralidade espelha esta constatação, já que subindo a densidade em algumas freguesias rurais periurbanas (Valdanta por exemplo), índice de

ruralidade manifesta uma variação oposta, mostrando claramente que o crescimento não se faz com população ligada a actividades agrícolas.

As variáveis observadas apontam não para a dispersão, mas para a concentração, embora com baixas densidades nos anéis externos da cidade.

Fica contudo, para esclarecer, a questão de saber se a rede urbana sub-regional se comportar no sentido que, a concepção de 'arquipélagos de espaços', preconiza.

Para finalizar resta referir que a oclusão da mancha urbana da cidade de Chaves não se prevê para o futuro próximo face à dimensão dos espaços vazios, à retracção demográfica e ao custo do solo quando urbanizado.

6 Anexo

Quadro n.º2 – Distribuição da população residente e da agrícola.

Unidade Geográfica	População Agrícola		População Residente		Peso pop agri famili		Densidade Populacional		
	1989	1999	1991	2001	1991	2001	Área Km2	1991	2001
CC - Chaves	21206	15791	40940	43558	52	36	590,42	69	74
FG - Águas Frias	948	733	946	896	100	82	28,96	33	31
FG - Anelhe	401	319	534	538	75	59	12,49	43	43
FG - Arcossó	307	223	440	366	70	61	8,04	55	46
FG - Bobadela	178	115	163	124	109	93	5,45	30	23
FG - Bustelo	369	296	493	516	75	57	8,17	60	63
FG - Calvão	417	303	465	550	90	55	19,64	24	28
FG - Cela	177	129	250	230	71	56	3,71	67	62
FG - Cimo de Vila da Castanheira	743	519	764	606	97	86	15,74	49	39
FG - Curalha	371	283	468	517	79	55	7,36	64	70
FG - Eiras	454	336	524	560	87	60	4,77	110	117
FG - Ervededo	792	752	769	741	103	101	20,53	37	36
FG - Faiões	578	339	944	880	61	39	7,94	119	111
FG - Lama de Arcos	516	408	504	422	102	97	13,39	38	32
FG - Loivos	464	345	754	629	62	55	11,74	64	54
FG - Mairós	361	222	428	345	84	64	12,27	35	28
FG - Moreiras	352	259	393	309	90	84	9,24	43	33
FG - Nogueira da Montanha	690	556	854	693	81	80	16,92	50	41
FG - Oucidres	290	228	268	234	108	97	13,72	20	17
FG - Oura	363	215	766	650	47	33	14,26	54	46
FG - Outeiro Seco	509	443	2637	3436	19	13	17,72	149	194
FG - Paradela	314	266	290	319	108	83	8,46	34	38
FG - Póvoa de Agrações	320	229	399	293	80	78	7,23	55	41
FG - Redondelo	579	449	668	601	87	75	18,48	36	33
FG - Roriz	281	206	368	211	76	98	8,94	41	24
FG - Samaiões	379	272	694	1341	55	20	8,66	80	155
FG - Sanfins	510	333	452	208	113	160	17,86	25	12
FG - Sanjurge	190	181	267	371	71	49	12,46	21	30
FG - Santa Leocádia	534	352	543	417	98	84	13,25	41	31
FG - Santo António de Monforte	383	307	509	508	75	60	10,88	47	47
FG - Santo Estêvão	446	335	616	631	72	53	8,79	70	72
FG - São Julião de Montenegro	290	182	268	293	108	62	14,7	18	20
FG - São Pedro de Agostém	979	789	1547	1498	63	53	26,85	58	56
FG - São Vicente	409	318	431	312	95	102	31,05	14	10
FG - Seara Velha	203	131	206	189	99	69	9,7	21	19
FG - Selhariz	251	248	315	310	80	80	5,75	55	54
FG - Soutelinho da Raia	232	151	237	182	98	83	7,24	33	25
FG - Soutelo	395	296	401	384	99	77	9,08	44	42
FG - Travancas	623	381	588	522	106	73	13,46	44	39
FG - Tronco	339	285	325	324	104	88	8,69	37	37
FG - Vale de Anta	465	347	1071	1193	43	29	10,37	103	115
FG - Vidago	263	141	1332	1179	20	12	6,4	208	184
FG - Vila Verde da Raia	525	575	844	859	62	67	9,7	87	89
FG - Vilar de Nantes	192	153	1613	2096	12	7	7,19	224	292
FG - Vilarelho da Raia	709	531	720	633	98	84	17,75	41	36
FG - Vilarinho das Paranhos	149	98	254	219	59	45	4,55	56	48
FG - Vilas Boas	192	162	275	215	70	75	7	39	31
FG - Vilela Seca	369	277	388	322	95	86	14,11	27	23
FG - Vilela do Tâmega	378	239	502	448	75	53	9,56	53	47
FG - Santa Maria Maior	287	156	9551	12215	3	1	4,15	2301	2943
FG - Madalena	740	378	1902	2023	39	19	6,05	314	334

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. RGA 89 e 99; Censos 91 e 01.

Geral:

- CARVALHO, Pedro e SEQUEIRA, Tiago (2002) *As vantagens competitivas das cidades do interior de Portugal: o caso da Beira Interior*, in Sociedade e Território, nº33, Fevereiro de 2002, Ed. Afrontamento, Porto.
- CAVACO, Carminda (1995) *Abandono ou revitalização dos campos raianos de Portugal?* In Regiões de Fronteira: inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único Europeu, Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano, nº 43, CEG, UL, Lisboa.
- FORN, Manuel (2002) *Claroscuros de los planes estratégicos*, in Sociedade e Território, nº33, Fevereiro de 2002, Ed. Afrontamento, Porto.
- GONZÁLEZ, Xosé dir. (2001) *Planeamento estratéxico e mercadotecnia territorial*, Eixo Atlântico do NO Peninsular, Vigo.
- HAROUËL, Jean-Louis (1998) *História do Urbanismo*, Papirus, São Paulo. (ed. Fr. 1985)
- MUMFORD, Lewis (1965) *A cidade na história*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.
- SOARES, Luís Bruno (2002) *A realidade incontornável da dispersão*, in Sociedade e Território, nº33, Fevereiro de 2002, Ed. Afrontamento, Porto.
- VÁZQUEZ, Isabel e OLIVEIRA, Carlos (2003) *A mobilidade e o funcionamento dos territórios: Elementos para análise e reflexão*, in Revista de Estudos Regionais, nº2, 2º semestre 2002, INE, DRN, Porto.

Fontes de Informação:

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) Recenseamento Geral da Agricultura 1999
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001) Recenseamento geral da População 2001

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2004) Anuário Estatístico da Região
Norte 2004

@ On-line links

Papers:

ALBAGLI, Sarita (1998) *Globalização e espacialidade: o novo papel do local* in
http://www.desenvolvimento.local.org.br/busca/mostra_resultado.php?id=114

LEMOS, André (2001) – *Cibercidades* in
<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/ICIEPA/UNPAN005410.pdf>